



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO V S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.641/0001-13

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

ATIVO	Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)		Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022		Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Receita operacional líquida	18	12.478 3.669
Caixa e equivalente de caixa	7	6.483	882	Circulante			Custo do serviço de energia elétrica	19	
Concessionárias	8	1.546	2.491	Fornecedores	14	23.155 21.168	Custo com energia elétrica		
Impostos a compensar	9	-	1	Impostos a pagar	9	214 207	Encargos de uso da rede elétrica	(2.403)	-
Adiantamento a fornecedores	11	-	1.549	Outras contas a pagar	16	115 -	Custo de operação	(2.403)	-
Despesas antecipadas	12	-	54	Total		23.484 21.375	Depreciações e amortizações	(4.027)	(665)
Total		8.083	4.923	Não circulante			Materiais e serviços de terceiros	(2.766)	(596)
Não circulante				Partes relacionadas	10	118.990 120.490	Outros custos de operação	(3.536)	(182)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	5	Provisões	15	203 372	Lucro bruto	(10.330)	(1.443)
Partes relacionadas	10	4.158	4.122	Outras contas a pagar	16	4.605 5.227	Despesas e Receitas	(255)	2.226
Adiantamento a fornecedores	11	-	906	Total do passivo		123.799 126.089	Despesas gerais e administrativas	(106)	(73)
Imobilizado	13	147.163	150.877	Patrimônio Líquido		147.283 147.464	Outras despesas e receitas operacionais	(2.075)	-
		151.320	155.910	Total do patrimônio líquido		Total	Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	(106)	(2.147)
Total do ativo		159.404	160.833	Total do passivo e patrimônio líquido		12.121	Resultado do exercício	(361)	79
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
A Central Solar Pereira Barreto V ("Companhia" ou "PB V"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto V, a comercialização da energia a ser gerada por essa empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fórum na Rodovia SP 563, Sertão Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1 Autorização do Parque Solar Pereira Barreto V: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 Mw médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto V, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL n° 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto V iniciou sua operação comercial em 19 de novembro de 2021.									
Empresa									
Central Solar Pereira Barreto V									
Usinas		Pereira Barreto V							
Modalidade		Produtor Independente							
Outorga		Autorização							
Estado		RN							
Capacidade instalada (MW)		35,91							
Energia assegurada (Mm)		18,40							
Data do início da operação		2021							
Autorização / Registro		Início	06/05/2019						
		Término	05/05/2054						
1.1 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O eqüacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021, (ii) se houver necessidade aporte de capital da holding.									
2. BASE DE PREPARAÇÃO									
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa n° 22 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa n° 4.									
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO									
A moeda funcional é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.									
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto, (nota explicativa n° 16). • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa n° 16). • Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa n° 15). • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa n° 18); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa n° 25).									
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS									
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são totalmente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de qualquer ganho/perda de hedge de fluxo de caixa qualificados como recebíveis com a compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas auferidas por redução do valor recuperável (<i>impairment</i>). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solar e depreciadas pelo período de operação dos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados para comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de desconto antes das implicações que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. g) Provisões: Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final da cada exercício, é reconhecida em resultados. h) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. i) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto do arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. j) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$60 trimesatrás e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social corrente são reconhecidas no resultado a menos que estas sejam direta e integralmente reconhecidas no Pat									

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO V S.A. | CNPJ nº 31.469.641/0001-13

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, no período de construção do parque solar, a Administração da Companhia autorizou os inícios das construções para o 2º semestre de 2020, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2022. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 10,24% a.a. para terrenos.

Arrendamentos

	Saldo em 31/12/2021	5.227
Redução	(497)	
AVP	484	
Ajuste ganho retroativo	6	
Pagamentos	(499)	
Saldo em 31/12/2022	4.721	

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 14.035 (R\$ 14.035 em 31 de dezembro de 2021). O capital social é composto de 14.017 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021	
Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas			
EDP Renováveis S.A.	14.017 100%	14.017 100%	
Total	14.017 100%	14.017 100%	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **17.2 Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 1.914 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2021).

18. RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Energia comercializada no mercado de curto prazo (a)	12.951	3.808
Deduções à receita operacional		
PIS / COFINS	(473)	(139)
MWh comercializado (não auditado)	12.478	3.669
	69	19
(a) A operação comercial da usina iniciou em outubro de 2021, porém no período de julho a setembro de 2021 foi dada o início da operação em teste junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, operação essa que é liquidada no mercado de curto prazo, ao qual a tarifa não está alinhada - PPA (R\$189,00) e sim ao preço de liquidação de diferenças (R\$-500).		

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(2.403)	-
Gerenciáveis		
Depreciação e amortização (b)	(4.027)	(665)
Materiais e serviços	(2.038)	(596)
Compartilhamento de custo	(729)	-
Outras despesas (c)	(3.118)	(182)
Arendamentos	(255)	-
Seguros	(163)	-
Total	(10.330)	(1.443)

Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Perda no imobilizado	-	(2.075)
Total	-	(2.075)

(a) O parque solar entrou em operação em outubro de 2021, no entanto a cobrança de encargos do setor teve seu início a partir de janeiro de 2022. (b) Em 2021 foi considerado o custo referente aos meses que o parque operou (outubro a dezembro de 2021), a partir de 2022 o parque iniciou sua operação total, portanto os custos apresentados são referentes aos 12 meses. (c) Refere-se a provisão de perda do empréstimo feito a fornecedores, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(42)	-
Atualização financeira	(484)	(58)
Despesas com garantias bancárias	(68)	(118)
Total	(593)	(176)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	66	90
Receita de variação cambial	42	20
Total	108	109
	(485)	(67)

Aos Administradores e Acionistas

Central Solar Pereira Barreto V S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Solar Pereira Barreto V S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela audição das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Receita operacional	12.951	12.951	3.808	3.808	
Aliquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%	
Receitas financeiras	1.036	1.554	305	457	
Base de cálculo	66	66	90	90	
Aliquotas vigentes	1.102	1.620	394	547	
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(275)	(146)	(99)	(49)	
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	6	-	
Resultado de IRPJ e CSLL	(251)	(146)	(93)	(49)	
Aliquota efetiva	1.94%	1.13%	2.43%	1.29%	
Imposto corrente	(251)	(146)	(93)	(49)	

Caixa e equivalente de caixa

31/12/2022 6.483 882

Concessionárias 1.546 2.491

Total 8.029 3.373

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações alíneas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções.

As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. As políticas de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada tipo de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

22.2 Riscos cambiais: O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Euro (EUR) e Dólar americano (USD). A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição.

22.6 Riscos regulatórios: As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

23.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
------	-----------	--------	------------	------------